



**MARINHA DO BRASIL**  
**Policlínica Naval Nossa Senhora da Glória**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 24/2023**  
**Pregão N° 0019/2022**

A União Federal, representada pela **POLICLÍNICA NAVAL NOSSA SENHORA DA GLÓRIA** (PNNSG), com sede na Rua Conde de Bonfim n° 54, Bairro Tijuca - Rio de Janeiro - RJ, inscrita no CNPJ sob o n° 00.394.502/0065-09, neste ato representado pelo CMG (Md) MARCELO LEAL GREGÓRIO, Diretor, nomeado pela Portaria n° 257/MB de 09 de setembro de 2021 do Comandante da Marinha, autorizado pela portaria N° 30/CMAM, de 19 de julho de 2022 do Diretor do Centro Médico Assistencial da Marinha, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS n° 019/2022, publicada no *Comprasnet* em 21/03/2023, processo administrativo n.º **63065.002636/2022-75**, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

**1. DO OBJETO**

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para aquisição de material de expediente e limpeza para a Policlínica Naval Nossa Senhora da Glória (PNNSG), Policlínica Naval de Campo Grande (PNCG), Policlínica Naval de Niterói (PNN) e Ambulatório Naval da Penha (ANP), especificado no item 1 do Termo de Referência, anexo I do Edital do Pregão n° 019/2022 que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

**2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

<b>Itens</b>	<b>FORNECEDOR: GRC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA</b> <b>CNPJ: 40.603.315/0001-48</b> <b>ENDEREÇO: ESTRADA DO CAMPO DA AREIA, N° 374</b> <b>BAIRRO: PECHINCHA - RIO DE JANEIRO/RJ</b> <b>CEP 22.743-311</b> <b>TELEFONE: (21) 3734-5732 / 96451-1005</b>
--------------	--

<p style="text-align: center;">Email: <a href="mailto:grcomercios2021@gmail.com">grcomercios2021@gmail.com</a>  REPRESENTANTE DA CONTRATADA: CRISTIANE DA PENHA BERNARDO  CPF: 070.703.627-57</p>						
	Especificação	Marca/Fab	UF	QTD	Valor Unitário	Valor Total
58	<p>PAPEL HIGIÊNICO. DIMENSÕES: LARGURA MÍNIMO 10 CM E COMPRIMENTO 30 M. AS AMOSTRAS DEVEM TER DIMENSÃO DE COMPRIMENTO IGUAL OU SUPERIOR À MÍNIMA E DIMENSÃO DE LARGURA DENTRO DA TOLERÂNCIA DE ± 2 MM. TIPO: NEUTRO. COR: BRANCO. ADICIONAIS: PAPEL HIGIÊNICO PRODUZIDO COM FIBRAS DE CELULOSE, ISENTO DE MATERIAIS ESTRANHOS COMO PARTÍCULAS LENHOSAS, METÁLICAS, FRAGMENTOS DE MATERIAIS PLÁSTICOS E OUTRAS SUBSTÂNCIAS NOCIVAS À SAÚDE. OS PAPÉIS DEVEM SE APRESENTAR SOB A FORMA DE ROLOS. O PAPEL HIGIÊNICO DEVE SER DO TIPO FOLHA DUPLA, NA CLASSE 1, SEGUNDO A NORMA NBR 15464-2/20. A COMPROVAÇÃO DA PONTUAÇÃO POR CARACTERÍSTICAS DOS CRITÉRIOS PARA CLASSIFICAÇÃO NA CLASSE 1, SERÁ POR MEIO DE UM RELATÓRIO DE ENSAIO (COM DATA DE EMISSÃO DE, NO MÁXIMO, 4 ANOS ATÉ A DATA DA ENTREGA) DO INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - IPT OU DE OUTRAS ENTIDADES, PÚBLICAS OU PRIVADAS, QUE SEJAM ACREDITADAS PELO INMETRO. O ACONDICIONAMENTO DO PAPEL HIGIÊNICO, EM ROLOS, SOB A FORMA DE EMBALAGEM COLETIVA (FARDOS) COM 64 UNIDADES, DEVERÁ SER DE POLIETILENO COM ESPESSURA MÍNIMA QUE GARANTA A INTEGRIDADE DESSAS EMBALAGENS, ADEQUADA PARA SUPORTAR O MANUSEIO E AS CONDIÇÕES DO TRANSPORTE OU DA ESTOCAGEM SEM</p>	OUROPPEL	PCT	2100	R\$ 58,50	R\$ 122.850,00

	SE ROMPEREM. DEVERÁ, AINDA, CONTER EMBALAGENS PRIMÁRIAS COM 4 OU 8 UNIDADES. AS EMBALAGENS DOS PACOTES E FARDOS DEVEM SER SELADAS POR CALOR, NÃO PERMITINDO A CIRCULAÇÃO DE AR PARA O SEU INTERIOR. DEVEM APRESENTAR BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO E HIGIENE. AS DIMENSÕES DOS ROLOS DE PAPEL HIGIÊNICO DEVEM ESTAR EM CONFORMIDADE COM A PORTARIA INMETRO NO 153/2008 COM AS SEGUINTE QUANTO A FUROS O PAPEL HIGIÊNICO NÃO DEVERÁ APRESENTAR FUROS AO LONGO DE SUA EXTENSÃO. CARACTERÍSTICAS FÍSICO- QUÍMICAS: GRAMATURA (G/M2), ENSAIO CONFORME A NORMA NBR NMISO 536, MÍNIMO 25 G/M2; E COMPOSIÇÃO FIBROSA 100% CELULOSE.					
109	<b>REFERENTE AO ITEM 58- COTA RESERVADA EM 25% PARA ME/EPP</b>  PAPEL HIGIÊNICO. DIMENSÕES: LARGURA MÍNIMO 10 CM E COMPRIMENTO 30 M. AS AMOSTRAS DEVEM TER DIMENSÃO DE COMPRIMENTO IGUAL OU SUPERIOR À MÍNIMA E DIMENSÃO DE LARGURA DENTRO DA TOLERÂNCIA DE $\pm 2$ MM. TIPO: NEUTRO. COR: BRANCO. ADICIONAIS: PAPEL HIGIÊNICO PRODUZIDO COM FIBRAS DE CELULOSE, ISENTO DE MATERIAIS ESTRANHOS COMO PARTÍCULAS LENHOSAS, METÁLICAS, FRAGMENTOS DE MATERIAIS PLÁSTICOS E OUTRAS SUBSTÂNCIAS NOCIVAS À SAÚDE. OS PAPÉIS DEVEM SE APRESENTAR SOB A FORMA DE ROLOS. O PAPEL HIGIÊNICO DEVE SER DO TIPO FOLHA DUPLA, NA CLASSE 1, SEGUNDO A NORMA NBR 15464-2/20. A COMPROVAÇÃO DA PONTUAÇÃO POR CARACTERÍSTICAS DOS CRI-	OUROPPEL	PCT	525	R\$ 58,50	R\$ 30.712,50

<p>TÉRIOS PARA CLASSIFICAÇÃO NA CLASSE 1, SERÁ POR MEIO DE UM RELATÓRIO DE ENSAIO (COM DATA DE EMISSÃO DE, NO MÁXIMO, 4 ANOS ATÉ A DATA DA ENTREGA) DO INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - IPT OU DE OUTRAS ENTIDADES, PÚBLICAS OU PRIVADAS, QUE SEJAM ACREDITADAS PELO INMETRO. O ACONDICIONAMENTO DO PAPEL HIGIÊNICO, EM ROLOS, SOB A FORMA DE EMBALAGEM COLETIVA (FARDOS) COM 64 UNIDADES, DEVERÁ SER DE POLIETILENO COM ESPESSURA MÍNIMA QUE GARANTA A INTEGRIDADE DESSAS EMBALAGENS, ADEQUADA PARA SUPORTAR O MANUSEIO E AS CONDIÇÕES DO TRANSPORTE OU DA ESTOCAGEM SEM SE ROMPEREM. DEVERÁ, AINDA, CONTER EMBALAGENS PRIMÁRIAS COM 4 OU 8 UNIDADES. AS EMBALAGENS DOS PACOTES E FARDOS DEVEM SER SELADAS POR CALOR, NÃO PERMITINDO A CIRCULAÇÃO DE AR PARA O SEU INTERIOR. DEVEM APRESENTAR BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO E HIGIENE. AS DIMENSÕES DOS ROLOS DE PAPEL HIGIÊNICO DEVEM ESTAR EM CONFORMIDADE COM A PORTARIA INMETRO NO 153/2008 COM AS SEGUINTE QUANTO A FUROS O PAPEL HIGIÊNICO NÃO DEVERÁ APRESENTAR FUROS AO LONGO DE SUA EXTENSÃO. CARACTERÍSTICAS FÍSICO- QUÍMICAS: GRAMATURA (G/M2), ENSAIO CONFORME A NORMA NBR NMISO 536, MÍNIMO 25 G/M2; E COMPOSIÇÃO FIBROSA 100% CELULOSE.</p>					
<b>VALOR TOTAL</b>					<b>R\$ 153.562,50</b>

2.2 A listagem do cadastro reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta ata.

### **3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei n° 8.666, de 1993 e no Decreto n° 7.892, de 2013.

3.1.1 A manifestação do órgão gerenciador de que trata o subitem anterior, salvo para adesões feitas por órgãos ou entidades de outras esferas federativas, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública federal da utilização da ata de registro de preços, conforme estabelecido em ato do Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

3.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

3.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50 (cinquenta) por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

3.4. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

3.4.1 Tratando-se de item exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei n° 11.488, de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo aderente, somado aos valores das contratações já previstas para o órgão gerenciador e participantes ou já destinadas à aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) (Acórdão TCU n° 2957/2011 - P).

3.5. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

3.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

3.6.1 Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

#### **4. VALIDADE DA ATA**

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir de sua ASSINATURA, não podendo ser prorrogada.

#### **5. REVISÃO E CANCELAMENTO**

5.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

5.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

5.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

5.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

5.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

5.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

5.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

5.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

5.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

5.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

5.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

5.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

5.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

5.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 5.7.1, 5.7.2 e 5.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

5.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

5.9.1. por razão de interesse público; ou

5.9.2. a pedido do fornecedor.

## **6. DAS PENALIDADES**

6.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

6.1.1. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do art. 49, §1º do Decreto nº 10.024/19.

6.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).

6.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## **7. CONDIÇÕES GERAIS**

7.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

7.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7892/13.

7.3. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação dos itens nas seguintes hipóteses.

7.3.1 contratação da totalidade dos itens de grupo, respeitadas as proporções de quantitativos definidos no certame; ou

7.3.2 contratação de item isolado para o qual o preço unitário adjudicado ao vencedor seja o menor preço válido ofertado para o mesmo item na fase de lances.

7.4. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, compõe anexo a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Rio de Janeiro, 30 de maio de 2023.

---

MARCELO LEAL GREGÓRIO  
Capitão de Mar e Guerra (Md)  
Representante da CONTRATANTE

---

CRISTIANE DA PENHA BERNARDO  
CPF: 070.703.627-57  
Representante da CONTRATADA

---

Testemunha

---

Testemunha